



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA Nº. 001/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2026
CONCORRÊNCIA Nº 001/2026

A **CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO/MT**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à situada na Rua Bahia, 600-N, Bairro São Francisco de Assis nesta cidade, devidamente cadastrada no C.N.P.J. sob n.º 03.109.581/0001-92, representada neste ato representada pelo seu Presidente Sr. Paulo Sérgio Bezerra, brasileiro, portador do RG n.º 10344136 SSP/MT e do CPF n. 990.584.991-20, residente e domiciliado na Rua Ceará n.º 2585, Bairro São Francisco de Assis, Comodoro/MT, CEP 78310-000, na qualidade de **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **MCP ENGENHARIA E PROJETOS LTDA** inscrita no CNPJ 48.530.853/0001-61, instalada na Avenida Guanabara, n.º 4169, Sala 02, bairro Liberdade, na cidade de Alta Floresta d'Oeste, Estado de Rondônia, Certidão Positiva com efeitos de Negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida ativa da União n.º **CA38.1A9D.42F0.8D0C**, com validade 08/05/2026 a 04/11/2026, representada neste ato pela seu proprietário o srº **Matthew James Caldwell**, Brasileiro, viúvo, engenheiro, nascido em 16/09/1953, n.º do CPF 452.753.197-20, residente e domiciliado na cidade de Alta Floresta d'Oeste - RO, na Avenida Guanabara, n.º 4169, Sala 02, bairro Liberdade, CEP: 76954-000, nos termos do Processo Licitatório na Concorrência Pública n.º. 001/2026, Processo Administrativo n.º. 001/2026 e da Lei 14.133/2021 e as modificações posteriores, **RESOLVEM** celebrar o presente **CONTRATO**, mediante as cláusulas e condições que passam a ser lei entre as partes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO

1.1. Este contrato tem por objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO – MT, ABRANGENDO ADEQUAÇÕES ARQUITETÔNICAS, SUBSTITUIÇÃO E EXECUÇÃO DE COBERTURA, TROCA DE PISOS, MELHORIAS NOS AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS, ADEQUAÇÕES DE ACESSIBILIDADE, BEM COMO A ATUALIZAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, HIDROSSANITÁRIAS E DE REDE LÓGICA, CONFORME PROJETOS EXECUTIVOS, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, MEMORIAIS DESCRITIVOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E DEMAIS PEÇAS TÉCNICAS QUE INTEGRAM O PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO.**

CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO

- 2.1. A execução do presente Contrato será pelo regime de execução indireta de empreitada por preço GLOBAL.
- 2.2. Fica vinculado este termo contratual as condições do Edital e seus anexos do processo licitatório de Concorrência n.º 001/2026 e à proposta da CONTRATADA.
- 2.3. O responsável pela obra deverá providenciar a inscrição da construção no **Cadastro Nacional de Obras (CNO)**, conforme exigido pela Receita Federal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do início das atividades de construção, e antes da primeira medição.
- 2.4. O CNO é um banco de dados gerenciado pela Receita Federal que armazena informações sobre obras de construção civil, sendo essencial para a obtenção da Certidão de Regularidade Fiscal ao final da obra.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

- 3.1. O valor deste Contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de **R\$ 999.185,68 (novecentos e noventa e nove mil cento e oitenta e cinco reais e sessenta e oito centavos).**
- 3.2. Os preços inicialmente contratados somente poderão ser reajustados após o prazo de um ano, contado da data base do orçamento estimado, qual seja.
- 3.3. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, utilizando as mesmas planilhas de referência utilizadas na planilha orçamentaria. Em caso da extinção de algum item nas planilhas de referência o mesmo pode ser atualizado utilizando o Índice INCC/DI - Índice



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

Nacional de Custo de Construção - Disponibilidade Interna, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

3.4. Na hipótese de reajuste, a Contratada será consultada sobre a possibilidade de renúncia ao reajuste.

3.5. A Contratada somente terá direito a reajustes se não tiver dado causa a atrasos no cumprimento de suas obrigações.

3.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

3.7. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

3.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

3.9. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento ou termo aditivo.

3.10. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de 30 dias.

CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pelo(s) vencedor(s) da licitação, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

4.2. A Câmara Municipal responsabilizar-se-á pelo pagamento resultantes de modificações contratuais sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Gestora do Contrato, observados os limites do art 125 da Lei nº 14.133/21.

4.3. **O pagamento será efetuado, conforme medição, a Nota Fiscal deverá ser emitida para a Câmara Municipal de Comodoro-MT, CNPJ nº 03.109.581/0001-92, informar a descrição do bem, número desta licitação, o número da Nota de Empenho vinculada ou o número do Contrato, número do CNO, número da ART, os dados bancários e estar devidamente atestada pelo servidor competente e/ou Gestor do Contrato, apresentar a discriminação das retenções tributárias serão aplicadas de acordo com as legislações federais, estaduais e municipais vigentes.**

4.4. O pagamento da Nota Fiscal será efetuado em até 30 (trinta) dias após o aceite da medição, de acordo com a aprovação do fiscal do contrato, contados da finalização da liquidação da despesa

4.5. Em caso de atraso dos pagamentos por culpa exclusiva da Administração, será aplicado como índice de atualização monetária o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

4.6. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá até 05 (cinco) dias após a data da sua apresentação válida.

4.7. Em todos os pagamentos deverá ser consultada e anexada ao procedimento de pagamento as seguintes comprovações:

4.8. Certificado de regularidade junto ao FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), expedido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador";

4.9. Prova de Regularidade relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, por meio da Certidão Negativa ou positiva com efeitos de negativa de Débitos (CND) relativo aos Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal;

4.10. Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal, por meio de Certidão Negativa ou positiva com efeitos de negativa de débito em relação a tributos municipais, expedida pelo órgão público, no domicílio do fornecedor;

4.11. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio de Certidão Negativa ou positiva com efeitos negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

4.12. Constatando-se situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

4.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

4.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada.



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

- 4.15. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias para avaliar a rescisão nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 4.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão, caso a contratada não regularize sua situação.
- 4.17. O pagamento será feito mediante a ordem bancária em nome da Contratada.
- 4.18. **Não será aceita emissão de Boleto Bancário.**
- 4.19. A contratada está comprometida em seguir integralmente o decreto municipal de nº 050/2023 de 23.10.2023, no qual regulamenta a retenção de Imposto de renda retido na fonte, garantindo assim a conformidade legal e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da comunidade local.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1. O prazo de vigência contratual será contado a partir da assinatura do Contrato por um período de **300 (trezentos) dias corridos**, vigornado de **11/05/2026** a **07/03/2027**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado, na forma do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.2. O prazo da execução dos serviços será de **240 (duzentos e quarenta dias) dias corridos**, a contar da data da ordem de serviço, salvo em casos em que seja estabelecido no próprio documento data para o início dos serviços, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 111, da Lei nº 14.133/21.
- 5.3. o prazo que a licitante terá para mobilização dos equipamentos pesados, será de até 15 dias corridos, após o recebimento da ordem de início de serviços, sem prejuízo do cronograma físico financeiro de acordo com art. Lei 14.133/21 .
- 5.4. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- Início da execução do objeto: imediatamente após a assinatura do contrato ou da emissão da ordem de serviço;
 - Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho serão disponibilizados pela contratante, os procedimentos são pré- estabelecidos por cartilhas orientativas e instruções normativas demonstrando prazos e procedimentos a serem seguidos no rito processual de gestão e fiscalização da obra.
 - Cronograma de realização dos serviços: 240 dias**

1.4.1 Local e horário da prestação dos serviços

- Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Rua Bahia, 600N, Bairro Centro, Comodoro-MT, CEP 78310-000.
- Os serviços serão prestados no seguinte horário: 07:00 às 17:00 hrs.

1.4.2 Materiais a serem disponibilizados

- Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas conforme especificado no termo de referencia do processo licitatorio, promovendo sua substituição quando necessário

5.5. Responsabilizar-se por danos que causarem a **CONTRATANTE**, e a terceiros na forma da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 (Código Civil), e no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de Setembro de 1990), bem como a responsabilização por eventuais vícios e danos decorrentes do objeto, conforme os dispositivos contidos nos artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor.

5.6. A **CONTRATADA** deverá cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, anexos, sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

5.7. A **CONTRATADA** será responsável por transportar até o local dos serviços seu pessoal capacitado para a execução de tais serviços, devendo os funcionários estarem devidamente uniformizados e munidos de crachá, bem como a contratada deve fornecer todos os equipamentos, peças e materiais necessários à execução do objeto; Ainda, a contratada responsabiliza-se pelo controle e registro de frequência de seu pessoal, eximindo a Contratante de quaisquer ônus decorrentes de possíveis questões diante da Justiça do Trabalho, bem como a assunção de eventuais responsabilidades pelas obrigações.

5.8. Serão de responsabilidade da **CONTRATADA** todas as despesas relacionadas com os serviços, tais como: mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, transporte, refeições, uniformes, ferramentas, equipamentos de



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

proteção individual, impostos, licenças entre outros.

5.9. É de responsabilidade da licitante apresentar todas as documentações pertinentes exigidas no Edital e seus Anexos, sob pena de incorrer em desclassificação diante de tal descumprimento.

5.10. A Empresa participante da licitação deve Emitir Declaração de que tem pleno conhecimento de todas as condições necessárias para a prestação do serviço.

5.11. Comprovação de que possui em seu quadro técnico engenheiro civil ou arquiteto, estando devidamente registrados em seus respectivos conselhos profissionais, tendo comprovada a experiência profissional através de acervo técnico.

5.12. Encarregado de obra com capacidade técnica para acompanhamento dos serviços.

5.13. A contratada deverá atender, no que couber ao critério de sustentabilidade ambiental prevista na Instrução Normativa SLTI /MPOG nº 01, de 19/01/2010.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS PARA ATENDER AS DESPESAS

6.1. As despesas provenientes do objeto deste contrato correrão pela seguinte dotação orçamentária:

Órgão 01 – Câmara Municipal de Comodoro

Unidade 01– Câmara Municipal de Comodoro

Projeto Atividade- 1.002 – Ref. e Ampl. das Instalações da Câmara Municipal

Elemento da Despesa – 4.4.90.51.00 obras e instalações - (02)

CLÁUSULA SÉTIMA - GESTÃO DO CONTRATO

7.1. A gestão do contrato será realizada pela Câmara Municipal de Comodoro, juntamente com a Secretaria de Planejamento, sendo essa responsável pelo recebimento e fiscalização do objeto licitado, devendo ser observado o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/21.

7.2. A CONTRATANTE exercerá o acompanhamento da execução do contrato, designando formalmente, para esse fim, um representante, como Fiscal do Contrato, que promoverá o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio os fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas da parte contratada, cabendo-lhe o recebimento e “atesto” da execução dos serviços e o encaminhamento da nota fiscal/fatura para pagamento na forma estabelecida neste contrato.

7.3. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato, serão registradas, pela CONTRATANTE, no livro de ocorrências, constituindo tais registros, documentos legais.

7.4. Fica designado os seguintes servidores responsáveis pela fiscalização do contrato:

FISCAL DO CONTRATO:

Lucas Silva Silveira

CREA: 24230/D-DF

CPF: 101.114.366-64

FISCAL DO CONTRATO:

Larissa Cristina Pereira da Silva

CPF: 053.156.751-65

PORTARIA: nº 018/2026 de 24/04/2026

FISCAL DE OBRA:

Murilo de Andrade Lopes

CREA: 16399D/RO

CPF: 014.666.931.398-2

Os e-mails utilizados como CANAL OFICIAL DE COMUNICAÇÃO, serão:

e-mail Contratante : licitacao@comodoro.mt.leg.br



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

CLÁUSULA OITAVA - DIREITO DE FISCALIZAÇÃO

- 8.1. O **CONTRATANTE** exercerá ampla fiscalização do objeto contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades fixadas pelo Código Civil e pelo Código de Defesa do Consumidor.
- 8.2. A fiscalização do **CONTRATANTE** transmitirá por escrito as instruções, ordens e reclamações, competindo-lhe a decisão nos casos de dúvidas que surgirem no decorrer da vigência contratual.
- 8.3. A fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE** não exime nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** por qualquer descumprimento das normas de segurança. O **CONTRATANTE** poderá, a seu critério, paralisar os serviços que estiverem sendo executados em desacordo com as NRs, sem que isso gere direito a prorrogação de prazo ou reequilíbrio econômico-financeiro para a **CONTRATADA**.

CLÁUSULA NONA - RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

- 9.1. Cumprir e fazer cumprir as disposições deste contrato e anexos;
- 9.2. Determinar, quando cabível, as modificações consideradas necessárias à execução do contrato e a tutelar o interesse público.
- 9.3. Intervir na execução do objeto licitado nos casos previstos em lei e na forma deste contrato visando proteger o interesse público;
- 9.4. Responder aos pedidos de reajuste e de restabelecimento de equilíbrio econômico- financeiro em até 03 (três) meses, e em caso de repactuação o prazo para resposta será de até 01 (um) mês.

CLÁUSULA DÉCIMA - RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 10.1. A **CONTRATADA** obriga-se a aceitar acréscimos ou supressões que o **CONTRATANTE** realizar, conforme disposto no artigo 125 da Lei 14.133/2021.
- 10.2. Assumir integral responsabilidade pela execução dos serviços objeto contratual que vir a efetuar, estando sempre de acordo com o estabelecido nas normas deste contrato e do Edital de Concorrência nº 001/2026 e seus anexos.
- 10.3. Assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes desta execução, inclusive perante terceiros;
- 10.4. Deverá proceder as correções que se tornarem necessárias à execução do objeto contratado, executando-o de acordo com a fiscalização do **CONTRATANTE** e especificações técnicas, qualidade e quantidades, constantes no Anexo III do Edital;
- 10.5. Comunicar ao **CONTRATANTE** toda e qualquer irregularidade encontrada para o cumprimento do contrato;
- 10.6. Manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente ao **CONTRATANTE** qualquer alteração;
- 10.7. O contratado deverá, caso solicitado, apresentar comprovação do cumprimento da exigência de reserva de cargos previstas em Lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- 10.8. Cumprir todas as obrigações e especificações técnicas dispostas no Memorial Descritivo do Edital.
- 10.9. De acordo com o subitem 14.15 do edital a **CONTRATADA** não poderá alegar desconhecimento do local da obra.
- 10.10. A **CONTRATADA** deverá comunicar qualquer alteração à **CONTRATANTE**, especialmente quando se tratar de alteração de endereço, e-mail e telefone.
- 10.11. A **CONTRATADA** será a única responsável por quaisquer acidentes de trabalho que venham a ocorrer na execução do objeto contratual, bem como por todas as multas, autuações e sanções aplicadas pelos órgãos de fiscalização do trabalho, isentando o **CONTRATANTE** de toda e qualquer responsabilidade civil, criminal, trabalhista ou administrativa.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SUBCONTRATAÇÃO

- 11.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o **limite de 25% do valor total do contrato**, nas seguintes condições:



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

- 11.2. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.
- 11.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 11.4. A subcontratação depende de **autorização prévia** e por escrito do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 11.5. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES

- 12.1. As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas ao PROPONENTE são as previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, neste Edital de Licitação e no respectivo Contrato. **Aplicação da penalidade:**
- 12.2. A sanção administrativa de multa de que trata o art. 156, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, quando previstas em contrato, será aplicada em conformidade com o **Decreto Municipal n.º 32/2025 de 08 de Julho de 2025**.
- 12.3. O descumprimento, total ou parcial, das obrigações assumidas pelo CONTRATADO caracterizará a inadimplência, sujeitando-o às sanções administrativas.
- 12.4. Advertência. Será aplicada por escrito quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato e essa falha não causar grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo. A advertência poderá ser aplicada cumulativamente com a penalidade de multa, conforme Art. 7º do Decreto Municipal nº 32/2025.
- 12.5. Multas: Serão aplicadas de acordo com as disposições do Art. 8º do Decreto Municipal nº 32/2025, classificadas em moratórias e compensatórias.
- 12.6. **Multa Moratória:** Será aplicada em caso de atraso injustificado na execução do contrato ou na entrega dos bilhetes de passagem solicitados, calculada sobre o valor correspondente à parte inadimplente:
- Atraso de até 30 (trinta) dias: 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, limitada a 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento).
 - Atraso que exceder 30 (trinta) dias: 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia, calculados a partir do trigésimo primeiro dia, limitada a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, em caráter excepcional e a critério do órgão contratante.
- 12.7. **Multa Compensatória:** Será aplicada quando configuradas infrações administrativas que configurem inexecução total ou parcial do contrato, irregularidades em licitações ou qualquer das situações descritas no Art. 155 da Lei nº 14.133/2021. Os percentuais da multa compensatória, aplicados sobre o valor do contrato e/ou ata de registro de preços, variarão conforme a gravidade da infração, nos termos do Art. 8º, inciso II, do Decreto nº 32/2025:
- De 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento).
 - De 10% (dez por cento) até 20% (vinte por cento).
 - De 20% (vinte por cento) até 30% (trinta por cento).
- 12.8. A aplicação da multa compensatória, especialmente para infrações graves, poderá levar à rescisão contratual, caso a infração também se enquadre nas situações que justificam Impedimento de Licitar ou Declaração de Inidoneidade.
- 12.9. Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Municipal. Sanção aplicada pela Autoridade Competente que impede temporariamente o CONTRATADO de participar de licitações e celebrar contratos no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Comodoro/MT. O prazo máximo para esta sanção é de 03 (três) anos, conforme Art. 11 do Decreto nº 32/2025. Esta penalidade acarreta a rescisão do instrumento contratual.
- 12.10. Declaração de Inidoneidade para Licitar e Contratar com a Administração Pública. Sanção que impede o



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADO de licitar e contratar com qualquer órgão da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos. O prazo para esta sanção será de, no mínimo, 03 (três) anos e, no máximo, 06 (seis) anos. A aplicação desta penalidade acarreta a rescisão do instrumento contratual. A reabilitação do CONTRATADO só será possível mediante o cumprimento das condicionantes estabelecidas no Art. 21 do Decreto nº 32/2025.

12.11. Aplicação e Processo das Penalidades:

12.12. As penalidades de advertência e multas (moratórias e compensatórias) serão aplicadas de ofício pela Administração ou a partir de uma proposta fundamentada do responsável pelo acompanhamento do contrato ou do certame licitatório.

12.13. A aplicação das penalidades de Impedimento de Licitar e Contratar e Declaração de Inidoneidade será de competência da Administração e exigirá a instauração de um Processo Administrativo Sancionador. O CONTRATADO terá assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, podendo apresentar sua manifestação escrita no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da sua citação ou notificação, conforme Art. 53 do Decreto nº 32/2025.

12.14. Rescisão do Contrato pelo CONTRATANTE por Insuficiência Operacional: Além das hipóteses de rescisão que podem decorrer da aplicação das sanções administrativas, o CONTRATANTE poderá rescindir o contrato de credenciamento, independentemente de qualquer procedimento judicial ou pagamento de indenização. Isso ocorrerá se o CONTRATADO deixar de atender às condições mínimas necessárias para a prestação dos serviços, o que inclui a incapacidade operacional para o cumprimento das obrigações ou qualquer outra condição que comprometa de forma fundamental a aptidão para o fornecimento do objeto contratual.

12.15. A aplicação das penalidades poderá ocorrer por intermédio de meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, legislações municipais e normativas que regulamentem a matéria no âmbito do Município.

12.16. Além das multas previstas, poderão ser aplicadas multas conforme eventos descritos nas Tabelas abaixo:

TABELA 01

| Item | Descrição da Não Conformidade | Período de Aplicação da Penalidade | Multa | Reincidência |
|------|--|------------------------------------|-------|--|
| 1 | Ausência do Engenheiro/Arquiteto Residente sem que haja justificativa prévia acatada pela FISCALIZAÇÃO | Imediatamente após a ocorrência | 1,0% | Acréscimo de 50% do valor, a cada reincidência |
| 2 | A não apresentação dos Programas de Saúde Ocupacional (PCMSO, PGR e LTCAT) | Imediatamente após a ocorrência | 0,5% | Acréscimo de 50% do valor, a cada reincidência |
| 3 | Falta de equipamentos de segurança (EPI's e EPC's) | Imediatamente após a ocorrência | 0,5% | Acréscimo de 50% do valor, a cada reincidência |
| 4 | Existência de passivos ambientais no trecho motivados pelas obras e não recuperados | Imediatamente após a ocorrência | 1,0% | Acréscimo de 50% do valor, a cada reincidência |
| 5 | Falhas ou atrasos no preenchimento, acompanhamento ou atualização do diário da obra | Imediatamente após a ocorrência | 0,5% | Acréscimo de 50% do valor, a cada reincidência |
| 6 | Atraso no envio de informações, relatórios, laudos e estudos solicitados pela Administração | Imediatamente após a ocorrência | 2,0% | Acréscimo de 50% do valor, a cada reincidência |



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

| | | | | |
|----|--|--|--|--|
| 7 | Utilização de equipamento laboratorial ou de obras, da EXECUTORA, em desacordo com as especificações e/ou sem certificado de calibração e/ou fora do prazo de validade de certificação | Imediatamente após a ocorrência | 1,0% | Acréscimo de 50% do valor, a cada reincidência |
| 8 | Execução parcial ou não execução pela CONTRATADA do controle tecnológico definido nas normas e instruções técnicas pertinentes | Imediatamente após a ocorrência | 2,0% | Acréscimo de 50% do valor, a cada reincidência |
| 9 | Descumprimento de legislação e normativos relacionados à segurança do trabalho e saúde ocupacional | Imediatamente após a ocorrência | 0,5% | Acréscimo de 50% do valor, a cada reincidência |
| 10 | Não atendimento das exigências técnicas complementares contidas na licença ambiental | Imediatamente após a ocorrência | 1,0% | Acréscimo de 50% do valor, a cada reincidência |
| 11 | A execução de qualquer serviço previsto no Contrato fora dos padrões das normas técnicas aplicáveis. Não eximindo a CONTRATADA de refazê-los | Imediatamente após a ocorrência | Retenção integral do valor do serviço não conforme até a execução dentro dos padrões | Acréscimo de 50% do valor, a cada reincidência |
| 12 | A constatação pela Administração da existência de colaborador alocado ao CONTRATO com qualificação incompatível com a função desempenhada | Imediatamente após a ocorrência | 0,5% | Acréscimo de 50% do valor, a cada reincidência |
| 13 | Não atendimento de qualquer solicitação realizada pelo fiscal ou Gestor de Contrato, relativas a cumprimento ou ajuste de obrigação contratual | 10 (dez) dias após a formalização da solicitação pelo Gestor ou fiscal | 0,5% | Acréscimo de 50% do valor, a cada reincidência |
| 14 | Apresentação deliberada de documentação dúbia, desconforme, simulada ou fictícia | Imediatamente após a ocorrência | 0,5% | Acréscimo de 50% do valor, a cada reincidência |
| 15 | Ausência ou deficiências na sinalização e manutenção dos desvios e caminhos de serviço | Imediatamente após a ocorrência | 0,5% | Acréscimo de 50% do valor, a cada reincidência |



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

| | | | | |
|----|---|--|------|--|
| 16 | Descumprimento aos demais termos deste documento, do Contrato, orientações de projeto ou da FISCALIZAÇÃO e normas técnicas | Imediatamente após a ocorrência | 0,5% | Acréscimo de 50% do valor, a cada reincidência |
| 17 | Permitir a presença de empregado desuniformizado. | Imediatamente após a ocorrência | 0,5% | Acréscimo de 50% do valor, a cada reincidência |
| 18 | Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar | Imediatamente após a ocorrência | 0,5% | Acréscimo de 50% do valor, a cada reincidência |
| 19 | Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material | Imediatamente após a ocorrência | 0,5% | Acréscimo de 50% do valor, a cada reincidência |
| 20 | Constatação pelo fiscal da ausência de pessoal no canteiro por mais de dois dias úteis, salvo motivo de força maior ou caso fortuito | Imediatamente após a ocorrência | 0,5% | Acréscimo de 50% do valor, a cada reincidência |
| 21 | Reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência da fiscalização | Imediatamente após a ocorrência | 0,5% | Acréscimo de 50% do valor, a cada reincidência |
| 22 | Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes | Imediatamente após a ocorrência | 0,5% | Acréscimo de 50% do valor, a cada reincidência |
| 23 | Utilizar as dependências da obra para fins diversos do objeto do contrato | Imediatamente após a ocorrência | 0,7% | Acréscimo de 50% do valor, a cada reincidência |
| 24 | Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, sem motivo justificado | Imediatamente após a ocorrência | 0,7% | Acréscimo de 50% do valor, a cada reincidência |
| 25 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais | Imediatamente após a ocorrência | 1,1% | Acréscimo de 50% do valor, a cada reincidência |
| 26 | Usar indevidamente patentes registradas | Imediatamente após a ocorrência | 1,1% | Acréscimo de 50% do valor, a cada reincidência |
| 27 | Deixar de apresentar a ART dos serviços para início da execução destes no prazo de até 10 dias após a emissão e recebimento da Ordem de Serviço | 20 dias após a emissão e recebimento da Ordem de Serviço | 0,1% | Acréscimo de 50% do valor, a cada reincidência |
| 28 | Deixar de Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições | 5 dias após a formalização | 0,5% | Acréscimo de 50% do valor, a cada reincidência |



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

| | | | | |
|----|--|---------------------------------|------|--|
| 29 | Deixar de Manter a documentação de habilitação atualizada | Imediatamente após a ocorrência | 0,5% | Acréscimo de 50% do valor, a cada reincidência |
| 30 | Deixar de Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela fiscalização | Imediatamente após a ocorrência | 0,5% | Acréscimo de 50% do valor, a cada reincidência |
| 31 | Deixar de Refazer serviço não aceito pela fiscalização, nos prazos estabelecidos no contrato ou determinado pela fiscalização | Imediatamente após a ocorrência | 0,5% | Acréscimo de 50% do valor, a cada reincidência |
| 32 | Deixar de Efetuar o pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas | Imediatamente após a ocorrência | 0,9% | Acréscimo de 50% do valor, a cada reincidência |

12.17. Quando a Contratada deixar de cumprir prazo previamente estabelecido para execução dos serviços previstos no cronograma de execução físico-financeiro por ele apresentado e aprovado pela fiscalização serão aplicadas multas conforme Tabelas 1 e 2. A apuração dos atrasos será feita mensalmente.

12.18. A(s) multa(s) por atraso injustificado na execução dos serviços incidirá sobre os valores previstos para o primeiro pagamento seguinte ao da aplicação da multa, de acordo com o cronograma físico-financeiro inicialmente apresentado pela Contratada e aprovado pela Fiscalização.

12.19. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a Contratada a sanções variáveis e progressivas, a depender da gravidade e da frequência do(s) atraso(s), conforme Tabela 2:

TABELA 02

| GRAU | MULTA (Sobre o valor previsto a ser executado a cada 30 dias) | TIPO DE ATRASO |
|------|--|------------------------|
| 1 | 0,50% | Brando e eventual |
| 2 | 0,60% | Mediano e eventual |
| | | Brando e intermitente |
| 3 | 0,70% | Grave e eventual |
| | | Brando e constante |
| 4 | 0,80% | Mediano e intermitente |
| 5 | 0,90% | Grave e intermitente |
| | | Mediano e constante |
| 6 | 1,10% | Grave e constante |



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

12.20. Quanto à gravidade, o atraso será classificado como:

- I** - Brando: quando acarretar um atraso de 5% até 15% na execução dos serviços na etapa;
- II** - Mediano: quando acarretar um atraso de 15% a 25% na execução dos serviços na etapa;
- III** - Grave: quando acarretar um atraso de mais de 25% na execução dos serviços na etapa.

12.21. Quanto à frequência, o atraso será classificado como:

- I** - Eventual: quando ocorrer apenas uma vez;
- II** - Intermitente: quando ocorrer mais de uma vez, em medições não subsequentes;
- III** - Constante: quando ocorrer mais de uma vez, em medições subsequentes.

12.22. A gravidade do atraso será aferida, em cada medição, de maneira cumulativa, procedendo-se à comparação entre o valor total acumulado previsto pela Contratada no cronograma físico-financeiro apresentado e o total acumulado efetivamente realizado até a medição em questão. A multa poderá ser aplicada no decorrer da obra, nos períodos de medição seguintes ao da constatação do atraso.

12.23. No primeiro mês em que ocorrer atraso poderá ser aplicada, a critério da Fiscalização, a sanção de advertência. A qualquer tempo a Fiscalização poderá aplicar a sanção de advertência se constatado atraso da obra de até 5%.

12.24. Se a Contratada apresentar, nos períodos de medição seguintes ao do registro do atraso, recuperação satisfatória ao cumprimento dos prazos acordados, a Fiscalização poderá, a seu exclusivo critério, optar pela não aplicação da multa.

12.25. A recuperação supracitada não impede a aplicação de outras multas em caso de incidência de novos atrasos.

12.26. Além das multas previstas nos itens anteriores, poderão ser aplicadas multas no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) por dia de atraso, pelo não cumprimento dos marcos temporais de entregas parciais de serviços previstos no cronograma de execução físico-financeiro fixados pela Câmara.

12.27. Por atraso na conclusão da obra poderá ser aplicada multa de 0,05% sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, até o limite de 60 (sessenta) dias. Após esse limite, considerando o percentual executado da obra, poderá ser configurada a inexecução parcial do objeto.

12.28. O somatório das multas previstas nos itens acima não poderá ultrapassar o percentual de 10% sobre o valor total do contrato.

12.29. A sanção de impedimento de licitar e de contratar de que trata o inciso III, art. 156, da Lei 14.133, poderá ser aplicada à Contratada por culpa ou dolo, por até três anos, no caso de inexecução parcial do objeto, conforme previsto no § 4º do art. 156, entre outros casos.

12.30. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 156, da Lei nº 14.133/2021, será aplicada, dentre outros casos, quando:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.31. Não será aplicada multa se comprovadamente o atraso na execução dos serviços advier de caso fortuito ou motivo de força maior.

12.32. Em qualquer hipótese de aplicação de multa ou reparações que a Câmara venha a fazer jus, a garantia apresentada pela Contratada será convertida em pagamento parcial ou total da obrigação.

12.33. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Câmara, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

12.34. Quando as multas a que se refere este item forem subtraídas da garantia contratual, a Contratada obriga-se a repor, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o valor deduzido da referida garantia.

12.35. A adjudicatária contratada perderá a garantia contratual quando a Câmara rescindir o contrato por justa causa.

12.36. Em qualquer dos casos previstos neste contrato, é assegurado à Contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. A garantia legal de adequação do serviço independe de termo expresse, vedada a exoneração contratual do fornecedor. ([art. 24 da Lei Federal nº 8.078, de 1990](#))

13.2. A garantia contratual é complementar à legal. ([art. 50 da Lei Federal nº 8.078, de 1990](#))

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada automaticamente até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato. ([art. 111 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))

14.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da Contratada:

14.4. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

14.5. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.6. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, aplicando-se também os [artigos 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

14.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da contratada não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato. ([art. 137, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#))

14.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.9.3. Indenizações e multas.

14.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).

14.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 14, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO RECEBIMENTO DA OBRA

15.1. Recebimento Provisório: quando a obra ficar inteiramente concluída e de pleno acordo com os elementos técnicos e demais detalhes, bem como satisfeitas todas as exigências e repartições competentes e companhias concessionárias, será lavrado em até 30 (trinta) dias o “Termo de Recebimento Provisório”, passado em 02 (duas) vias de igual teor, todas elas assinadas pela Comissão de Recebimento do CONTRATANTE e pela CONTRATADA.

15.2. Recebimento Definitivo: o “Termo de Recebimento Definitivo” da obra será lavrado até 90 (noventa) dias após o “Recebimento Provisório”, desde que atendidas todas as reclamações do CONTRATANTE referentes aos defeitos ou imperfeições verificadas em quaisquer elementos constitutivos da obra executada. Este “Termo de



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

Recebimento Definitivo”, passado em 02 (duas) vias de igual teor, todas elas assinadas pela Comissão de Recebimento do CONTRATANTE e pela CONTRATADA, deverá conter formal declaração de que o prazo mencionado no art. 618 do Código Civil será contado, para todos os efeitos de direito, a partir da data desse mesmo instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – GARANTIA DO CONTRATO

16.1. A Contratada deverá oferecer, a título de garantia do Contrato, e conforme o art. 96 da Lei Federal nº 14.133/1993.

16.2. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte contratada deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

16.3. O percentual da garantia será de:

a) até 5% (cinco por cento) do valor inicial deste contrato, para contratações em geral, conforme art. 98 da Lei nº 14.133, de 2021, correspondendo a **R\$ 49.959,28 (quarenta e nove mil novecentos e cinquenta e nove reais e vinte e oito centavos)**.

16.4. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

16.5. Na Guia de Recolhimento da prestação de garantia de execução, deverá constar o Nome da empresa e nº desta licitação.

16.6. A garantia de execução prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato, com a emissão do termo de recebimento definitivo.

16.7. A garantia prestada para habilitação da empresa poderá ser revertida para a garantia de execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - GARANTIA DO SERVIÇO

17.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

17.2. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, **no mínimo 05 anos (60) meses**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. Conforme denota o Art. 26 e Art. 27 do Código de Defesa do Consumidor.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA– OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD

18.1. As partes deverão cumprir a [Lei Federal nº 13.709, de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

18.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da Lei Federal nº 13.709, de 2018](#).

18.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

18.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.

18.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da Lei Federal nº 13.709, de 2018](#), é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da Lei Federal nº 13.709, de 2018](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

18.6. É dever da Contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da [Lei Federal nº 13.709, de 2018](#).

18.7. A Contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratadas o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

18.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

18.9. A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da [Lei Federal nº 13.709, de 2018](#), inclusive quanto a eventual descarte realizado.



ESTADO DE MATO GROSSO

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO

18.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([art. 37 da Lei Federal nº 13.709, de 2018](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

18.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na [Lei Federal nº 13.709, de 2018](#).

18.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da [Lei Federal nº 13.709, de 2018](#).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

19.1. O presente Termo de Contrato se vincula à [Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), e, subsidiariamente, às seguintes leis:

19.1.1. [Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#) (Estatuto Nacional da Microempresa e Pequena Empresa);

19.1.2. [Lei Federal nº 10.406, de 2002](#) (Código Civil);

19.1.3. [Lei Federal nº 8.078, de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor);

19.1.4. [Lei Federal nº 12.846, de 2013](#) (Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências);

19.1.5. [Lei Federal nº 12.527, de 2011](#) (Lei de Acesso à Informação);

19.1.6. [Lei Federal nº 13.709, de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de [Dados](#) - LGPD).

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICIDADE

20.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP (<https://pncp.gov.br/>), na forma prevista no [art. 94 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo site oficial na Internet, em atenção ao [art. 91, caput, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, §2º, da Lei Federal nº 12.527, de 2011](#).

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO

21.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Comodoro, Estado do Mato Grosso, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação administrativa, conforme [art. 92, §1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

Para firmeza e como prova de assim haverem ajustado, depois de lido e achado de acordo, este instrumento será assinado digitalmente ou, em caso de impossibilidade, impresso e assinado em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Comodoro, 11 de Maio de 2026.

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO/MT
PAULO SÉRGIO BEZERRA – PRESIDENTE
CONTRATANTE

MCP ENGENHARIA E PROJETOS LTDA
CONTRATADA
MATTHEW JAMES CALDWELL
PROPRIETÁRIO

TESTEMUNHAS:

Nome: **Fernando Oliveira Lemos da Rosa**
RG nº 21xxxx7-5 SSP/MT
CPF nº 035.xxx.xx-10

Nome: **Rosa Adriana Dourado Freitas**
CPF unificado nº 99xxxxxx134